

**Vivendo à Margem: solidariedade e hábitos alimentares nas memórias operárias
(Fortaleza, anos 1980-1990)**

JORMANA MARIA PERERIA ARAÚJO*

Resumo

O presente artigo analisa no cotidiano do mundo do trabalho, aspectos relativos à solidariedade e hábitos alimentares dos operários e operárias da fábrica de tecidos Santa Cecília, em Fortaleza, ao final dos anos de 1980 e início de 1990. Através da longa jornada de fome e sede destacadas em suas memórias, buscou-se apreender através da metodologia da História Social do Trabalho, o modo de sobreviver, a consistência da dieta operária, as relações estabelecidas entre trabalhadores, e destes, com os comerciantes do bairro onde estava instalada a fábrica. Vale destacar que no momento em que o Estado do Ceará vai se tornando pólo da produção industrial têxtil, as contradições se fazem presentes desde a ausência de refeitório do interior daquele Cotonifício, obrigando seus trabalhadores a buscarem reposição das energias para o trabalho e a vida nos alimentos presentes na venda mais próxima.

Palavras chave: hábitos alimentares, operários fabris, solidariedade.

Resumé

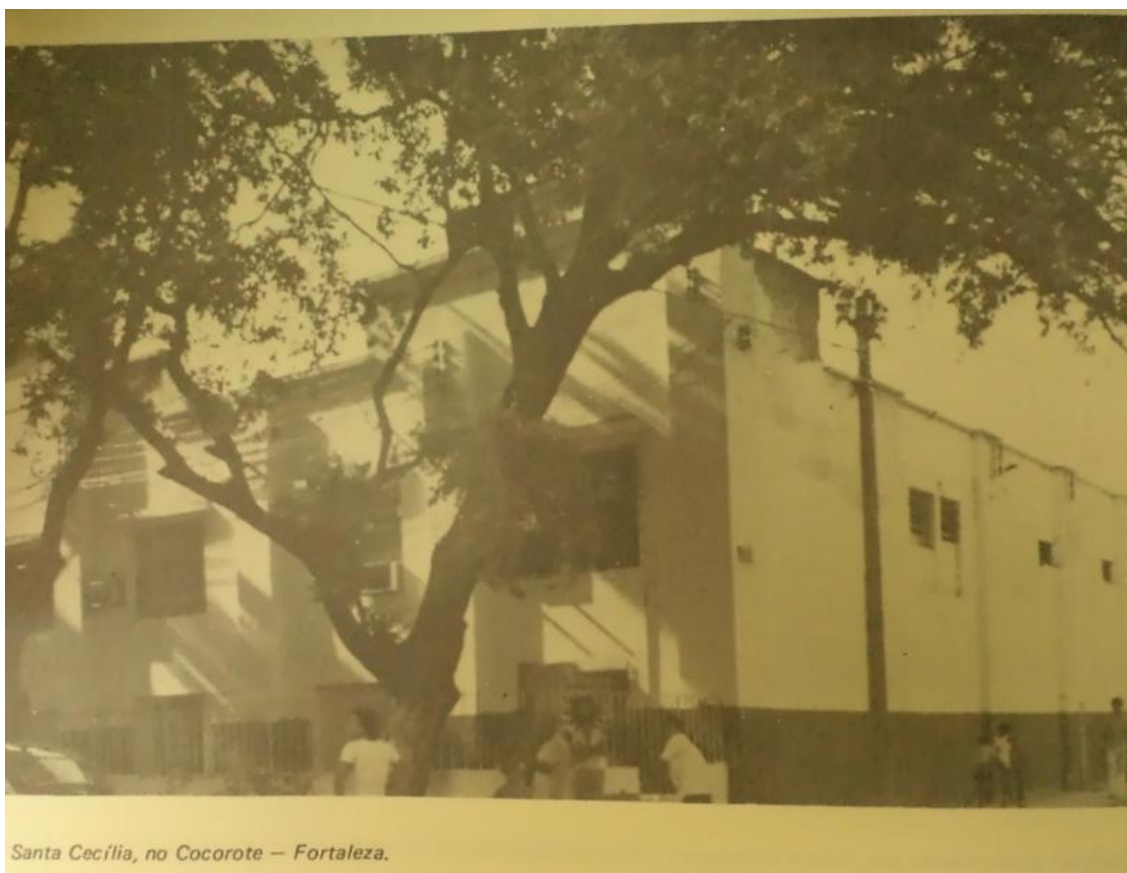
Cet article analyse le monde tous les jours de travail, les aspects de la solidarité et des habitudes alimentaires des hommes et femmes de l'usine de textile Santa Cecilia à Fortaleza, à la fin des années 1980 et au début des années 1990. Tout au long du long journée de la faim et siège mis en évidence dans ses mémoires, nous avons cherché à saisir par la méthodologie de l'Histoire Sociale du Travail, la façon de survivre, la cohérence de l'alimentation, les relations entre les travailleurs, et ceux-ci, avec les commerçants du quartier où se trouve l'usine. Il est à noter qu'au moment où l'État de Ceará est de plus en plaque tournante de l'industrie textile, les contradictions sont présents depuis l'absence de réfectoire à l'intérieur qui filature de Coton, forçant leurs travailleurs à chercher reconstitution de l'énergie pour le travail et la vie en la plupart des aliments dans leur prochaine vente.

Mots-clés: habitudes alimentaires, les travailleurs d'usine, de la solidarité.

* Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará.

1.1. *Comprava fiado, confiava nas pessoas e tal, então tudo aquilo era a vida!*

FOTO 1 – Fábrica Santa Cecília, fachada e lateral.



Fonte: Anuário do Ceará, 1976.
Acervo: Biblioteca Municipal Dolor Barreira

Na imagem é possível visualizarmos transeuntes percorrendo a calçada da fábrica Santa Cecília. No lado direito, na Rua Zacarias Gondim, crianças brincam em baixo das pequenas janelas no caminho de duas pessoas em direção à Rua Quinze de Novembro. Ali, rapazes conversam à sombra das árvores. Como podemos observar na legenda, o antigo nome do bairro, Cocorote, aponta uma das alterações pelas quais passava o bairro face às nomenclaturas da cidade oficial. Nos anos de 1980 já se chamava Montese.

Durante o dia se concentrava a jornada de trabalho da maior parte das operárias. Somado os três turnos de funcionamento, contabilizava-se uma média de 1.500 trabalhadores¹, que entravam neste prédio pelo portão ao final do quarteirão, na Rua Quinze de Novembro, cortada pela Rua Barão de Canindé. Ali batiam o cartão de ponto pela manhã ou à tarde, a depender do horário de trabalho de cada um. A operária Lúcia

¹ Dado divulgado pelo empresário Carlos Leite Barbosa Pinheiro, em 1987, no jornal *O Povo*, 17 de junho de 1987.

Maria Feitosa se refere a marcação do tempo. Conta que ficavam numa fila “(...) e se você chegasse atrasado você voltava porque era por hora. O povo naquela época era muito rigoroso, era muito exigido, era tudo na hora.”²

Disciplina da fila, do cartão e dos horários são as lembranças. Por outro lado, eram naqueles momentos de entrada na fábrica que se juntavam todos, conversando até o último minuto antes de trabalhar; assim nos conta o eletricista do Cotonifício, Alberto Cidade:

É, você sabe que nós, normalmente, gostamos de bater papo. Aqueles trabalhadores que moravam aqui perto, a maioria se juntava ali, a patotinha, em torno da porta da empresa. E sempre quando a empresa batia [soava o apito], já estavam por ali. Agora havia aqueles também que ficavam aguardando, ficavam na portaria da empresa e só entravam de última hora, mas sempre entravam. Essas coisas aconteciam.³

Diferente dos momentos de saída da fábrica quando se encontravam exaustos, ansiosos para chegarem às suas casas, a hora da entrada era a ocasião “para jogar conversa fora”, quando, inclusive, podiam se comunicar. Assim também acontecia logo ali na frente, na bodega, quando merendavam antes da jornada de trabalho. O tecelão Claudemir de Sousa conta de suas lembranças o pequeno comércio do Sr. Juarez e do Sr. Paulo:

Eles fazem parte dessa história, na verdade porque devido a fábrica ter um número de operário muito grande, e não tinha alimento, a gente comprava alimento lá. A gente não tinha almoço, e como tinha que passar o dia todinho lá, a gente comprava o pão e a merenda lá. Eu, meu pai, ela [a mãe]. A gente não tinha almoço, quando chegava nove horas lá, dez horas, não tinha alimento. Era uma lata de leite ninho, um pão pra comer com *Ki-suco* e pão. Na época cresceu muito [o comércio do Sr. Juarez], por causa disso.

Guaru era um biscoito deste tamanho, bem durim, e o *Pão Recife* que hoje a gente chama *rocambole* também. O *Pão Recife* era colorido. Os operários comiam era pão, pão com garapa. E tinha um senhor que hoje mora quase em frente à Santa Cecília, que era o Seu Paulo. O Seu Paulo também era um senhor que tinha café, era bolo, tapioca. Ele veio pra TBM [Têxtil Bezerra de Menezes], tem filho que trabalhou na Santa Cecília. Hoje ele tá bem velhinho, o Seu Paulo. Mas sempre perto da fábrica, com o crescimento do comércio.⁴

² FEITOSA, Lúcia Maria. Entrevista I [nov. 2011]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2011. Arquivo mp3 (85 minutos).

³ CIDADE, Alberto. Entrevista I [fev. 2012]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2012. Arquivo mp3 (95 minutos).

⁴ SOUSA, Claudemir de. Entrevista I [ago. 2012]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2012. Arquivo mp3 (90 minutos).

O depoimento do operário faz referência ao pequeno comércio que crescia ao redor da fábrica provendo o “sustento” do operário antes, durante e depois do trabalho quando da compra da merenda. A bodega e a mercearia foram se agregando ao cotidiano do bairro, e são parte da paisagem social daquele tempo. E assim, para Claudemir de Sousa, é impossível falar do trabalho na Santa Cecília sem referir aos bodegueiros da época. Antes de bater o cartão, era o jeito comprar a merenda da família, um pão com manteiga ou com doce, leite, bolacha e um *Ki-suco*, a dieta que enganava a fome durante a jornada de trabalho.

Comia ali mesmo ao pé do balcão, ou guardava para merendar mais tarde, uma vez que somente almoçariam depois das duas horas da tarde. Não havia refeitório na fábrica. Os hábitos alimentares baseados na rapadura, no feijão com farinha e alguma mistura, cediam espaço ao pão doce e colorido, à garapa com sabor e aroma artificiais, à bolacha para comer com *ki-suco* ou com os litros d’água para enganar o estômago. Era o que (des) nutria o corpo operário durante a jornada de trabalho.

Em contraste ao artigo da CLT sobre a composição do salário, como “contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador”, devendo ser capaz de satisfazer suas necessidades de habitação, vestuário, higiene, transporte e alimentação⁵, em todos estes casos, e em especial, no que trata a alimentação, temos uma história de pouca comida, corpos frágeis e desnutridos na fábrica Santa Cecília.

Para o operário Ely Pereira, é da bodega do Sr. Paiva que vem sua lembrança. O operário conta que merendava ali mesmo, com o pai e a mãe ainda bem cedo. Porém, diferente da família de Claudemir, em que todos entravam juntos para trabalhar, Ely comia ali, dirigindo-se em seguida para escola. Às duas da tarde é que começava sua jornada no Cotonifício, e dali trabalhava até a noite. De sua lembrança, pode-se reter esta afirmação sobre o tempo da fábrica: “não parava nunca que emendava”. E um certo alívio – “até que enfim, faliu!”:

De manhazinha a gente acordava e ia pro Seu Paiva, uma mercearia que tinha ali. Hoje não existe mais a mercearia, mas existe a casa. O pessoal ia tomar café lá [pra aguentar] até às duas horas. Eu saía de manhazinha [comia lá] e ia estudar. Eu ia trabalhar lá à tarde. Dali [a fábrica] não parava não, dez da noite, e emendava. Era vinte e quatro horas. Até que enfim faliu.⁶

⁵ BRASIL. CLT: decreto-lei 5.452/1943, ver: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm

⁶ PEREIRA, Ely. Entrevista I [ago. 2011]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2011. Arquivo mp3 (80 minutos).

Ao conversar com moradores das vilas operárias que pertenciam ao Cotonifício, um dia trabalhadores da fábrica Santa Cecília, quase todos recordam de uma mercearia em especial, aquela que se tornou um “negócio da família”. Sr. Paiva era o proprietário, e na velhice, já próximo dos anos de 1990, passaria a direção do negócio para a filha Elisa.

Elisinha, como é conhecida, percebendo o processo de falência da fábrica, quando “não havia mais movimento”⁷, fechou a bodega, mas continuou morando ali perto. Desse modo é que pude conhecê-la e entrevistá-la. Sobre aqueles tempos, lembra da alegria de quando foi aberta uma nova entrada para os operários (as) na fábrica Santa Cecília, bem na frente de sua bodega:

[No início] o comércio era muito fraco porque o portão era do outro lado. Eu me lembro tanto porque uma vez disseram pra minha tia: “Celeste, o portão vai mudar pra cá”. A mamãe dizia: “ô coisa boa, é bom que a gente vai vender mais”.

Então pronto, a gente começou, compravam bolo, lembro que eu fazia umas tapiocas no forno, vendia muito; fazia suco. Tinha dia de pagamento [na fábrica], não lembro se era sexta-feira ou era sábado. A gente vendia oitenta a cem litros de refresco, vendia mesmo. Lá era eu, o papai, a mamãe, duas tias e o Totó, e a gente não dava vencimento. Eu lembro que a gente vendia muita banana, muita laranja. A gente fazia suco, vendia.

Tinha caso que trabalhava [na fábrica] a mulher e o homem. Eles gostavam de comprar uns pacotinhos de açúcar, lá eles faziam, tinham um negócio lá, faziam uns sucos, garapa de banana, fazia num sei quê lá. A gente já vendia uns pacotinhos de açúcar, tudo pesado, tudo organizadozinho. Rapadura, eles compravam uma banda de rapadura, a gente deixava tudo enrolado, tudo pronto. Pão, uns comiam pão com doce, outros era com manteiga.

O papai [Sr. Paiva] dizia: “Elisinha, quatro e meia. Tá bom de se levantar pra ir pra bodega”. Naquele tempo era bodega. Levantava com muita preguiça, no inverno que eu tinha mais preguiça, eu tinha que me levantar. A gente ia logo organizando aquilo, passando manteiga no pão, passando doce. E quando chegava, eu achava era animado, dava o maior valor, era muito animado. Dia de pagamento é que era animado mesmo.

Então minha tia vinha era com as máquinas, tinha uma prática tão grande pra somar, era a Celeste. Quem pagava riscava, já tinha pagado mesmo, e quem comprava e não pagava mesmo, riscava e depois botava tudo fora. Então quando fechou foi, jogou fora os papéis, não ficou nada.⁸

No depoimento acima assim como naqueles que se seguem, a referência aos trabalhadores e trabalhadoras quase sempre se apresenta no masculino plural, dificultando nossa análise sobre a vivência das operárias nestes espaços. Para Michelle

⁷ SALES, Elisa. Entrevista I [nov. 2012]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2012. Arquivo mp3 (95 minutos).

⁸ SALES, Elisa. Entrevista I [nov. 2012]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2012. Arquivo mp3 (95 minutos).

Perrot (2007, p. 21) esta problemática é comum às pesquisas sobre mulheres, pois o “eles” dissimula “elas”, na escrita e na linguagem corrente.

Para a jovem Elisa, o trabalho na bodega começava bem cedo. Cada um tinha uma tarefa: Sr. Paiva, seu pai, acordava primeiro, e Elisa, um pouco depois, levantava com muito sono para mais um dia de trabalho. Pesava o açúcar, dividindo-o em pequenos pacotes, quebrava a rapadura em dois pedaços; separava o pão em metades – uma parte com recheio de doce, e a outra com manteiga.

Seu depoimento também faz referência à dieta operária baseada em alto teor de carboidratos e líquidos, talvez para conter o desgaste e a desidratação decorrentes do calor e extenuante trabalho na fábrica. Essa deficiência nutricional, então decorrente, quando analisada do ponto de vista da vivência dos trabalhadores industriais urbanos, é parte da história de sua pobreza, do ganho insuficiente para uma alimentação adequada⁹:

A fome não é um fenômeno conjuntural, e não parece ser correto reduzi-la a um resultado de padrões de acumulação, a um resultado da ordenação conflitiva e da isonomia ideologicamente posta. A fome é também – porque fator estrutural – um insumo, uma condição de reprodução de determinada ordem conflitiva e produção de novas ilusões sociais através de novos ordenamentos jurídicos.¹⁰

Geraldo Müller (1986, p. 23) também constata na primeira metade dos anos 1980 uma considerável parcela da população brasileira em estado de desnutrição. Para o caso do nordeste do Brasil, tal deficiência chegava a índices próximos dos 79,5%, porcentagem na qual, sem dúvida, se encontravam os operários e operárias da fábrica Santa Cecília.

Batendo o cartão na fábrica antes das seis horas da manhã, operários e operárias chegavam cedo à bodega para adquirir sua merenda. Alguns comiam o que já estava pronto. Outros compravam porções de açúcar e algumas bananas para fazer “garapa”, cuja receita da mistura é lembrada por José Ramos:

Eu comprava a merenda, porque quando você chegava lá, treze e trinta, tinha um comércio que eu comprava o pão, colocava uma barrinha de doce de goiaba dentro, enrolava num papel. Quando dava seis horas, a hora de merendar, eu comia aquele pão com doce, depois bebia dois litros d’água (risos). Aguentava até dez horas.

Depois, comecei amizade com a turma, tinha um rapaz lá, tinha muitos subordinados, cada um trazia uma coisa, açúcar, banana e leite. Então pegava

⁹ As citações bibliográficas que seguem foram transcritas na íntegra, ou seja, sem atualização segundo as novas regras ortográficas.

¹⁰ MÜLLER, Geraldo. Fome: o não-direito do não-cidadão. In: Maria de Lourdes M. Covre (org.). *A Cidadania que Não Temos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986, p. 18-9.

uma perna de mesa, colocava o leite, a banana, o açúcar numa lata de *Neston*, aquela grande, amassava e comia com pão. Isso exatamente até o ano, eu não sei exatamente o ano, mas foi bem próximo a noventa, oitenta e oito, oitenta e nove mais ou menos. A vida era essa. Depois a fábrica começou a distribuir um leitinho, leite com pedaço de pão.¹¹

Mais de mil operários na fábrica Santa Cecília, e faltava refeitório para os operários. *A vida era essa!* – comida rala para aguentar o tranco ao pé da máquina durante oito horas por dia. Do tempo que começou a trabalhar no Cotonifício até início dos anos de 1990, quando foi demitido por conta do fechamento da fábrica, José Ramos manteve o costume de chegar cedo à porta do trabalho para merendar. Comia ali mesmo, e levava o que podia para se alimentar quando a fome voltasse. A jornada era longa.

Com as amizades no trabalho, compartilhava “práticas de camaradagem”, cada um trazia algum ingrediente para a garapa, todos bebiam dela. Constituíam-se “forças de economia e de cultura solidária”, como na observação de Richard Hoggart:

Ao se pensar na resposta de inclusão que a economia solidária propicia a amplos setores da população, antes deixados à margem, ainda vale lembrar que, uma vez superados os momentos de maior premência, por que haveria de persistir a preferência por formas não individualistas da interação social? Se é verdade que, nesse momento, alguns reconsideram a opção cooperante em nome de conveniências individuais, também é necessário reconhecer que, se agora o fazem, é porque se sentem fortalecidos em sua auto-estima, graças à atuação exitosa em uma organização coletiva. Este aspecto, de grande importância, nem sempre se oferece à consciência dos sujeitos.

Está claro que esta força da economia solidária repousa na idéia de que cada um precisa estar convencido de que é ali, daquele jeito, e não de outro, que cada cooperante encontra sentido para seu existir. Não se trata apenas de cuidar para que encontre individualmente uma vida de escape à exclusão, mas de pluralizar esta oportunidade a todos quantos possam desejá-la. Cria-se assim uma cultura solidária, em que as dimensões lúdicas estão presentes, ajudando as pessoas a redescobrir valores e práticas de camaradagem, da participação na vida do outro, da responsabilidade social coletivamente exercitada.¹²

Valores e práticas de camaradagem eram característicos entre bodegueiros e operários quando da compra fiado. Eram estes quem anotavam suas compras na caderneta, acertando suas contas a cada sexta-feira quando saía o pagamento da fábrica. Celeste, tia de Elisa, que costumava calcular o fiado, deixando tudo somado, e à medida que iam sendo pagos, as folhas da caderneta eram descartadas.

¹¹ RAMOS, José. Entrevista I [jan. 2013]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2013. Arquivo mp3 (80 minutos).

¹² HOGGART, Richard. *As Utilizações da Cultura*. Tradução de Maia do Carmo Cary. Lisboa: Presença, v. 1, 1975, p. 169.

Com o tempo, a bodega foi se tornando um lugar onde todos da família trabalhavam. Na lembrança de Elisa, a melhor fase de vendas na bodega foi quando seu pai e sua tia estavam à frente, num momento em que havia muito trabalhador na fábrica. Como se vê, a bodega existe em razão da presença operária; se insere numa ampla rede onde o processo de industrialização provoca profunda alteração na divisão social e espacial do trabalho. Para Ana Fani Carlos (1997, p. 35), “a aglomeração da população, dos meios de produção e capitais num determinado ponto do espaço, multiplica os pontos de concentração e produz uma rede urbana articulada e hierarquizada.”

Nas memórias de Elisa, a bodega ficava lotada e era difícil dar atenção a todos ao mesmo tempo. Por conta disso, lembra de uma situação de surrupio quando um operário se aproveitou do movimento para pegar umas bananas sem pagar, exibindo seu “feito” aos colegas:

Eu me lembro que o papai comprava muita banana. Todo mundo gostava de comprar banana lá em casa porque meu pai dizia: “não boto carbureto em banana porque faz muito mal!” Então todo mundo só gostava de comprar banana lá em casa. A banana vinha da Serra de Pacoti, banana boa, e ficava vendendo lá [na bodega].

Tinha um rapaz lá, que quando era na hora do movimento, chegava aquele pessoal tudo de uma vez, e o papai botava [as bananas] em cima do balcão, e eu já tinha dito: “papai, essas bananas em cima do balcão não dá certo que o pessoal carrega”. E ele dizia: “não, carrega não, deixa de ser maliciosa, maldosa”.

[Tia Celeste dizia:] “Paiva, tira essas bananas, tem um cabra aqui que se gaba lá dentro da firma, que come banana aqui todo dia sem pagar, e ele escolhe as mais bonitas”. Então minha tia muito valente, dizia: “ah, pois nós vamos pegar ele é hoje!” Ela disse pro rapaz: “olhe, quando ele chegar você dê o sinal.”

A minha tia não despachou ninguém, ficou só esperando. Quando ele chegou, o rapaz fez assim [deu o sinal]. É tanto que ele separava as bananas e ficava esperando, na hora que o movimento acochava, pegava as bananinhas.

Então minha tia, quando ele separou logo, a minha tia ficou logo do lado dele, quando acochou, a minha tia: “pague as bananas, viu seu ladrão!”. Então os outros: “oi, oi, oi!!!” (riem)¹³

Vemos na lógica do bodegueiro, “o bom produto” – bananas que vinham da serra, amadurecidas sem o uso da química, tornando-se atraentes sobre o balcão. O boato do operário que pegava bananas na bodega do Sr. Paiva sem pagar, aproveitando-se do momento mais cheio de gente, deve ter vindo da fábrica. Tendo em vista que a notícia havia se espalhado, muito mais pelo fato do homem “se gabar” no trabalho, do

¹³ SALES, Elisa. Entrevista I [nov. 2012]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2012. Arquivo mp3 (95 minutos).

que por uma dificuldade financeira em casa, os operários e operárias que frequentavam a bodega parecem ter se valido de algo parecido com a “economia moral”¹⁴ para debochar da esperteza, um sentimento coletivo de desacordo com a atitude fora do padrão de confiança e do fiado.

A narrativa de Dona Elisa sintetiza vários aspectos da cultura operária, a merenda, a compra na bodega, o fiado, o sentimento moral. Sua família participou de todos esses momentos, inclusive de quando o fiado não era pago. Neste caso, apelava-se para a “radiadora”, ressoando os nomes dos devedores da bodega:

Tinha uma radiadora no campo, não sei se tu lembra do campo [ela está falando com a operária Teresa, também presente durante a entrevista]. Lá em frente onde eles fizeram o duplex, ali tinha um campo que dia de domingo eles botavam quermesse, botava filme.

Na quermesse tinha aquela radiadora, e o papai mandou avisar: “Olha, as pessoas que tão devendo na bodega do Paiva, vá pagar, senão vai sair o nome aqui.” (riem).

E avisava: “alô, alô, os operários da fábrica Santa Cecília. Sr. Paiva já tá cobrando porque se não pagar hoje, próxima semana vai ser divulgado o nome de vocês.” Então muitos foram pagar. E quando dizia: fulano de tal deve tanto ao Paiva, não foi pagar, ladrão. Aquele tempo podia chamar de ladrão porque não matava não, não era como hoje. Menina, mas o pessoal mangava tanto!

Agora quando via que não pagava porque não podia, uma doença, uma coisa assim, ele [Sr. Paiva] deixava.¹⁵

Através deste depoimento é possível fazermos associação com a sobrevivência residual dos costumes da pequena cidade: a aglutinação da comunidade em torno da música, do filme; as práticas de escape, a galhofa. Tudo isto acontecia no campo de futebol localizado na Rua Dom Carloto Távora, uma extensão da fábrica na lateral da bodega de dona Elisa. A radiadora, instrumento de difusão de avisos e alguma música, era também onde Sr. Paiva mandava recados para que honrassem o fiado. E dava certo.

¹⁴ Conceito de Edward Thompson referente aos motins da fome na Inglaterra do século XVIII. Uma vez que o Estado não mais interferia sobre o mercado de cereais, normatizando os preços, a imagem de um passado ideal passou a definir o que era legítimo nas práticas comerciais. No imaginário popular, os comerciantes que desrespeitavam os costumes tradicionais eram vistos como inimigos da comunidade, tornando-se papel do povo fazer justiça com as próprias mãos. Para ler mais sobre este conceito, ver capítulos: “A economia moral da multidão inglesa no século XVIII”, “Economia moral revisitada”, em: THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Para uma reflexão sobre o conceito ver, por exemplo: SILVA, Flávio Marcus da. *Subsistência e Poder: a política de abastecimento alimentar nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

¹⁵ SALES, Elisa. Entrevista I [nov. 2012]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2012. Arquivo mp3 (95 minutos).

Elisa conta que muitos corriam até a bodega para acertar a conta. Afinal não queriam romper seu código de honradez de trabalhador, sujeitos à censura de seus iguais.

Por outro lado, podemos tentar compreender a complexidade da relação operário-bodegueiro-fábrica de outro modo. Para os primeiros, deve-se ter em conta a dificuldade em manejar os baixos salários que deviam render toda uma quinzena. No que trata aos bodegueiros, há algum diálogo entre estes e administração fabril, que interfere dentro de seu espaço privado, no caso, no campo de futebol, na vida pública do trabalhador, talvez com o intuito de evitar maiores conflitos na porta da fábrica. Deve-se notar, contudo, que o (não) pagamento do fiado podia colocar em xeque a própria existência do pequeno estabelecimento. No fim, parecia ser do intento de todos a manutenção das práticas em torno da bodega.

Percebe-se também, que a moral operária parecia ser incorporada e partilhada pelo bodegueiro, pois caso o devedor tivesse alguém doente na família, tinha o fiado perdoado. Naquela relação, solidariedade era o que prevalecia entre indivíduos que se percebiam socialmente como *gente da mesma igualha*, convivendo e trabalhando diariamente, diferenciando-se nas circunstâncias: um trabalhava vendendo, enquanto o outro comprava trabalhando.

Essa relação baseada na confiança mútua não é característica exclusiva dessa experiência operária. Ao examinar o cotidiano de trabalhadores quando da criação de pequenos estabelecimentos comerciais próximos às fábricas localizadas no nordeste brasileiro, Luís Antônio Machado da Silva (1979, p. 185-7) percebe a existência de uma estratégia pessoal de sobrevivência. Ser bodegueiro resultava, portanto, viver da cultura do fiado:

Tratando-se de estabelecimentos pequenos, localizados em “bairros populares” geralmente distantes ou “enquistados” no tecido urbano, sua clientela é, em consequência, “de vizinhança” (isto é, quem compra não é o passageiro ocasional, mas o morador das imediações e com baixo poder aquisitivo). Devido a estas circunstâncias, “vender fiado” não é uma opção do proprietário, mas antes uma condição de funcionamento do negócio. Daí não se espantar que todo o discurso dos proprietários desses estabelecimentos esteja cheio de referências à venda fiada, referências estas permeadas pela tensão entre o reconhecimento da necessidade de vender fiado devido ao baixo poder aquisitivo da clientela e o conflito com os compradores que surge dessa necessidade.¹⁶

¹⁶ SILVA, Luís Antônio Machado da. Notas sobre os Pequenos Estabelecimentos Comerciais. In: José Sérgio Leite Lopes et al. *Mudança Social no Nordeste: a reprodução da subordinação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 185-7.

Aqui se percebem as permanências das relações de vizinhança, solidariedade e confiança mútua na vivência que se estabelece no bairro. É dessa cultura operária que Antônio Ibiapino lembra – do tempo do *meio pão*, do *pão passado* e do *ganho pouco* – quando trabalhou como tecelão na fábrica Santa Cecília:

Comprava fiado, confiava nas pessoas e tal. Fazia aquelas comprinhas, e o regime era assim, a gente comprava e pagava por semana. Toda semana pagava um pouquinho. Então tudo aquilo era a vida.

O dinheiro era pouco, o que se ganhava era pouco, não dava pra comprar muita coisa. A cultura era ali mesmo, meio que local. As coisinhas que tinha pra vender, no caso uma rede, uma sombrinha. Ia no Centro quando precisava comprar uma coisa maior, uma televisão, uma radiola, uma bicicleta, uma roupa, então isso tinha mais no Centro. Final de ano precisava comprar um brinquedo.

Mas no dia-a-dia, no corriqueiro, naquela época não tinha isso não, a gente comprava meio pão. Dependendo, você comprava meio, comprava um, às vezes comprava dois, comprava dois e meio. Então eu ia lá na bodega e dizia: “me dá um pão e meio”. Dependendo da família, ele dava um pão, tinha uma medidazinha e media a metade e me dava.

“Me dê um pão passado”, não tinha muito essa cultura de você ter a manteiga em casa, era “me dê um pão passado”. Ele ia, abria o pão, o comerciante, e passava a manteiga, aquilo era o pão passado. Era uma vida, quer dizer foi ontem, já tem uma diferença no modo de vida das pessoas hoje.¹⁷

Essa era a vida operária com seu parco salário. Compras cotidianas para a casa eram feitas nas imediações, estabelecendo relações de confiança com o bodegueiro que vendia fiado. A saída do bairro quase sempre acontecia “quando precisava comprar uma coisa maior”. Neste caso, a família operária ia até o centro comercial de Fortaleza, que também não ficava muito longe do bairro Montese, para adquirir algo que necessitava e não encontrava na redondeza. Isto também motivado pela propaganda em torno das datas grandes do Natal e Ano Bom, quando era preciso comprar um brinquedo para o filho ou uma muda de roupa nova.

Ao identificar algumas dessas vendas no Montese, Antônio Ibiapino aponta que os botecos¹⁸ e as bodegas tinham significado particular no cotidiano operário. E como vimos, eram estabelecimentos que cumpriam o papel da “provisão”, ao sustentar operários e operárias com a merenda que matava a fome para a longa jornada. Tais estabelecimentos também re-configuravam o bairro fabril, onde ali era possível encontrar a bodega do Zé Bezerra, por exemplo, que vendia cachaça e rede na Rua

¹⁷ IBIAPINO, Antônio. Entrevista I [mar. 2013]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2013. Arquivo mp3 (80 minutos).

¹⁸ Segundo o memorialista Raimundo Ximenes (2004, p. 100), existiam ao longo do Montese inúmeros bares e botecos, dentre eles, o Bar da Neném; mas nenhum dos entrevistados fez alusão ao mesmo.

Zacarias Gondim. Eram lugares da conversa ao pé do balcão, onde falava-se do futebol, das notícias da cidade, da vida fora da fábrica; lugares de significado na vida do povo, pois ali se sentiam à vontade para falar e trocar uma opinião, assuntar.

MAPA 1 – Bares e Bodegas ao redor da fábrica Santa Cecília, anos 1980.



 BARES E BODEGAS

Fonte: dados recolhidos pela autora, 2011 – 2013
Acervo da autora

O mapa acima tenta recuperar os botecos e as bodegas que saltam da narrativa nas entrevistas. Como podemos observar, estão bastante próximos dos galpões da fábrica, exceto àquele localizado na Rua Cabral de Alencar, já perto da vila operária Nossa Senhora de Fátima, conhecida no bairro como Vila dos Paraibanos. Tratam-se de lugares não registrados nos organismos oficiais do comércio, mas faziam parte da cultura e do mundo dos trabalhadores antes de serem tragados pelas grandes redes do comércio super, hiper, extra, na cidade capital.

Segundo Edigar de Alencar (1980), as bodegas, nas primeiras décadas do século XX, eram parte da vida urbana em Fortaleza e produto das modestas atividades mercantis. Seu estoque “era um verdadeiro milagre”: bananas, laranjas, remédios, sacas abertas de cereais, redes, cordas. Além de servir ao “provisionamento” dos moradores do bairro, tal espaço também servia de ponto de encontro para conversas, especialmente no que trata aos últimos acontecimentos na cidade:

As bodegas de Fortaleza foram destaque da vida e da evolução da capital. Não eram apenas casas comerciais de varejo, mas pontos de referência e locais de efervescência boateira, de divulgação de notícias. Eram verdadeiros fortins da vida do povo. Centros de abastecimento, de comunicação da cidade, que não se pejava de crescer aos poucos, mas harmoniosamente, com tranquilidade, modéstia e com alegria.¹⁹

Circunscrita em pequenos espaços, em geral nas esquinas, as bodegas possuíam “desenho” interno bastante característico:

O balcão de tábuas superpostas era pintado de duas cores, geralmente vivas: verde e encarnado, azul e amarelo, em listras verticais como que separando as tábuas em que era assentado. As prateleiras eram rústicas, também pintadas em cor viva. Algumas tinham parte envidraçada para os artigos de miudeza, outras possuíam armários para esses artigos, que eram chamados “fiteiros”.²⁰

Percebendo a peculiaridade destes estabelecimentos para as “comunidades” dos bairros Montese e Aerolândia, as assistentes sociais Edite Castro e Harleyne Sá (1977, s/p) realizaram pesquisa direta constatando 292 mercearias e 230 estabelecimentos, dentre os quais, lanchonetes, bares, restaurantes e botequins. Tais dados relativos ao Montese, ao final dos anos de 1970, apontam a existência de elevado número de vendas, situação que possibilitava o abastecimento da família operária bem como o “provisionamento” do seu sustento no cotidiano de trabalho.

¹⁹ ALENCAR, Edigar de. *Fortaleza de Ontem e Anteontem*. Fortaleza: Edições UFC/PMF, 1980, p. 83.

²⁰ *Ibid.*, p. 83.

No que trata à frequência dos operários da fábrica Santa Cecília aos botecos do bairro, a pesquisadora Luciana Barros (2011) termina por examiná-los a partir da narrativa do tecelão Raimundo Guerreiro, e de sua visão de mundo enquanto trabalhador, da seguinte forma:

A bebida obviamente causava alguns problemas no ambiente de trabalho da fábrica Santa Cecília, já que havia uma disciplina nos horários e na produção. Alguns trabalhadores se excediam e chegavam ainda alcoolizados para trabalhar. A bebida muitas vezes “enganava” o estômago daqueles que não tinham como levar comida para a fábrica. Desta forma, muitos faziam isso quase cotidianamente.²¹

“A bebida muitas vezes ‘enganava’ o estômago”, eis a expressão que ganha relevo no dia-a-dia daqueles que trabalham. O salário é pouco, a fome e o desgaste físico são imensos. Percebe-se aqui, pela historiadora, a incorporação do discurso normativo da fábrica: disciplina, horário, produção – desse modo, subentende-se que se é natural ao patrão tomar seu uísque, é repreendido o trabalhador que ouse tomar sua cachacinha durante o tempo que lhe é seu de direito. Estranha concepção de uma pesquisadora, mesmo quando circunscrita aos métodos de trabalho da história cultural.

A presença operária no bar, em especial dos homens, também denota que era naquele lugar onde podiam conversar, trocar uma ideia, espalhar, beber para “esquecer” a fadiga do dia seguinte. Nestes lugares em que os trabalhadores se encontram, prozeiam, falam mal da vida dos outros, dos grandes, dos políticos ou põem em dia as conversas sobre a escalação do time, e o próximo jogo no PV (estádio Presidente Vargas) ou no campo da fábrica. É também quando se pode observar o tempo da vida operária contrastado ao tempo do cronômetro da fábrica, o tempo do capital. Assim analisa o historiador:

Com o repensar a história sob o ângulo do sujeito, abandona-se uma concepção do tempo histórico, abstrato, anônimo, quantificável e caminha-se em direção a um tempo qualitativo, percebido no campo das estratégias, jogos, intenções e ações de sujeitos sociais. Nesta nova história, a sociedade deixa de ser pensada como uma *coisa*, passando a ser pensada como *consciência*. Não apenas *uma* consciência, mas, ao contrário, uma pluralidade de consciências, capaz de produzir eventos carregados de intenções, estratégias, motivações e, sobretudo, ambiguidade. Aliás, para esta nova redefinição da história, a existência de sujeitos sociais que agem e pensam

²¹ BARROS, Luciana Ximenes. *Nas Trilhas de um Guerreiro: trajetória, visão de mundo e prática política de um trabalhador*. 2011. Dissertação (Mestrado em História e Culturas), Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011, p. 106.

segundo suas estratégias seria, justamente, o ponto de apoio de uma filosofia da consciência.²²

Para a fiandeira Teresinha Alves, era comum aos operários se encontrarem no boteco após o trabalho, sempre os via ali quando do caminho para casa. Todavia, quando aborda este assunto, observamos certa preocupação em dizer que o trabalho no dia seguinte transcorreria normalmente:

Tinha bar, tinha quase em frente [da fábrica], e que vendia as coisas. Mas nunca ouvi falar que algum chegava lá bêbado não. Pelo menos os que entravam seis horas da manhã não. Se o pessoal que saía duas horas ia beber, no outro dia já tava.

Não podia perder [o dia de trabalho], pois se perdesse era difícil, porque pra perder, tinha que perder mesmo porque se perdesse um dia, perdia dois, porque perdia o domingo e o feriado também.²³

A ambiguidade do depoimento da fiandeira denota a existência daqueles dois tempos: o da vida operária e o da disciplina fabril. E este último é rígido, a perda de um dia de trabalho tinha por correspondente a perda em dobro no salário da quinzena.

Os botecos além de terem bebida alcoólica, também vendiam alguns gêneros alimentícios. Mas sobre estes últimos, a referência para Teresinha Alves Bezerra é o Mercantil ABC. Imprescindível, ela conta que acertara com o proprietário de pagar a cada quinzena, quando recebia parte do salário. Maria de Lourdes também se refere ao Mercantil. Trabalhadora do setor de limpeza da Santa Cecília, ela conta que o “ABC” ficava próximo da casa de vila operária onde morava: “comprava lá, não comprava muito. Era até o Ricardo, o nome do rapaz, o nome do dono do mercadinho.”²⁴

O Mercantil ABC ficava na atual Avenida Gomes de Matos, há poucos quarteirões das vilas operárias.²⁵ Ele surge naquele circuito do pequeno comércio que se instala próximo ao Cotonifício, e nos anos de 1980 encontramos até uma propaganda num jornal que circulou no bairro:

²² DECCA, Edgar Salvadori de. E. P. Thompson: tempo e lazer nas sociedades modernas. In: Heloisa Turini Bruhns (org.). *Lazer e Ciências Sociais*: diálogos pertinentes. São Paulo: Chronos, 2002, p. 50-1.

²³ ALVES, Teresa (Teresinha). Entrevista I e II [ago. 2009; set. 2012]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2012. Arquivo mp3 (290 minutos).

²⁴ PEREIRA, Maria de Lourdes. Entrevista I [jan. 2013]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2013. Arquivo mp3 (50 minutos).

²⁵ O número ao qual corresponde o imóvel na propaganda não mais existe na atualidade.

FOTO 2 – Propaganda do Mercantil ABC, anos 1980.



Fonte: Jornal Notícias do Bairro Grande Montese
Acervo da autora

Para análise da imagem recupero um pouco desta história por meio da propaganda. Como se vê, não é um texto publicitário profissional. Contudo, é perceptível a apropriação de um termo “mercantil” propagandeado pelo mercado de alimentos sob domínio da rede Mercantil São José, em Fortaleza.

Vianney Mesquita e Gilmar de Carvalho (2002, p. 44) ao analisarem o “mote de consumo” utilizado pela publicidade, observam que são frequentes as estratégias de valorização dos referenciais da cultura local. Assim aconteceu durante a inauguração da primeira loja do Pão de Açúcar na capital cearense em 1974, quando, num primeiro instante, houve “a manutenção do nome Mercantil associado à marca Jumbo [que] escamoteava a profundidade desta incorporação e seus reflexos na economia cearense.”

“Se a propaganda é um excelente indicador do que se passava na época”²⁶, temos para o caso do Mercantil ABC a nomeação do comércio com um termo que se popularizava na cidade, e assim, fazer as compras no “mercantil”, tornava-se um hábito urbano incorporando pelos trabalhadores de fábrica. Porém, como podemos observar nesta experiência, havia um aspecto intimamente imbricado às práticas da bodega: o uso e a confiança do fiado.

O mesmo não acontecia nas grandes redes varejistas. Ali prevaleciam os apelos e a sedução do consumo, o uso do cartão de crédito e o endividamento. Além disto, as

²⁶ MESQUITA, Vianney; CARVALHO, Gilmar. *Estudos de Comunicação no Ceará*. Fortaleza: Edições Ágora, 1985.

relações entre o proprietário do estabelecimento e o consumidor eram completamente formalizadas, impessoais. É que aponta o depoimento do eletricitista da fábrica Santa Cecília, Alberto Cidade, na loja Romcy:

Eu comprei muitas vezes ali. A feira daqui de casa era feita no Romcy Montese, ali onde hoje é o Extra. Eu tinha o cartão Romcy, eu comprava pra trinta, quarenta dias. A gente ia lá, fazia as compras, quando era no final do mês vinha a fatura.²⁷

Com uma de suas sedes no bairro Montese, o Romcy vendia desde cereais, frutas, verduras, carnes variadas até brinquedos, perfumaria, roupa; e era ali onde o eletricitista fazia as compras, pagando tudo posteriormente, através da fatura que chegava à sua casa no mês seguinte. Era a ilusão do dinheiro de plástico, do pagar depois, com trinta ou quarenta dias, sem contar os juros e os altos preços. Consumia-se também a marca, incluída na fatura.

Nas malhas das grandes redes varejistas, da compra a crédito, ficava-se enredado na armadilha do consumo, da promoção do dia gritada no comercial da TV, variadas e sedutoras eram as opções de compra. De quem só adquiria meio pão e não tinha manteiga em casa, agora é comprar e pagar em prestações a perder de vista. Era a promessa do cartão de crédito, criando um “limite” de consumo incompatível com o salário dos trabalhadores.

Examinando a formação do bairro Mooca no contexto das transformações urbanas e sociais na cidade de São Paulo, quando foram construídas imagens e estereótipos sobre os novos ocupantes nordestinos, Adriano Duarte (2002) suscita questões sobre a noção de bairro e o conceito de comunidade na cultura popular. Para o autor, é no bairro onde podemos compreender redes, laços e nexos constitutivos de ações coletivas, e sua constituição é produto do esforço humano, da unidade e solidariedade, mas também do dissenso.

Durante os anos de 1980 e 1990 a cultura operária no bairro Montese é vivida entre laços de confiança e solidariedade, onde os costumes encontram sua margem de resistência na contracorrente da disciplina e do trabalho fabril. Neste sentido, busquei destacar no cotidiano do trabalho, em geral, o momento da merenda, hábitos alimentares (possíveis) de comida rápida e de baixo custo na rotina operária, seus arranjos e

²⁷ CIDADE, Alberto. Entrevista I [fev. 2012]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2012. Arquivo mp3 (95 minutos).

desarranjos bem como a (des) nutrição dos corpos, no momento em que ainda era ausente refeitório na fábrica Santa Cecília.

Referências Bibliográficas

Livros

ALENCAR, Edigar de. *Fortaleza de Ontem e Anteontem*. Fortaleza: Edições UFC/PMF, 1980.

BARROS, Luciana Ximenes. *Nas Trilhas de um Guerreiro*: trajetória, visão de mundo e prática política de um trabalhador. 2011. Dissertação (Mestrado em História e Culturas), Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011.

BOSI, Ecléia. *Memória e Sociedade*: lembranças de velhos. 3ª. edição. São Paulo Companhia das Letras, 1994.

CARLOS, Ana Fani. *Espaço e Indústria*. 5ª. Edição. São Paulo: Contexto, 1992.

CASTRO, Harleyne Sá da Silveira; FILHA, Edite Castro Rodrigues. *Montese e Aerolândia*: uma integração comunitária. Fortaleza: EdUECE, 1977.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A Vida Fora das Fábricas*: cotidiano operário em São Paulo. 1920-1934. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FONTES, Paulo. *Um Nordeste em São Paulo*: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-1966). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

GOMES, Ângela de Castro. *Velhos Militantes*: depoimentos de Elvira Boni, João Lopes, Eduardo Xavier, Hilcar Leite. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1988.

HARNER, June E. *Pobreza e Política*: os pobres urbanos no Brasil – 1870/1920. Tradução: Cecy Ramires Maduro. Brasília: Editora UnB, 1996.

HOGGART, Richard. *As Utilizações da Cultura*. Tradução de Maia do Carmo Cary. Lisboa: Presença, v. 1, 1975.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. *Verso e Reverso do Perfil Urbano de Fortaleza* (1945-1960). São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2000.

LEFEBVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. Tradução: Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

_____. *O Direito à Cidade*. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LOPES, José Sérgio Leite. *A Tecelagem dos Conflitos de Classe na Cidade das Chaminés*. Editora Marco Zero, Editora da Universidade de Brasília, MCT/CNPQ. 1988.

MESQUITA, Vianney; CARVALHO, Gilmar. *Estudos de Comunicação no Ceará*. Fortaleza: Edições Ágora, 1985.

MONTENEGRO, Antônio Torres. *A Cultura popular Revisitada*. 3ª. edição. São Paulo: Contexto, 1994.

PERROT, Michelle. *Minha História das Mulheres*. Tradução de Ângela M.S. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2007.

ROLNIK, Raquel. *O que é Cidade?* 2ª. edição. Editora Brasiliense. Coleção Primeiros Passos. 1988.

SCOTT, James C. *Los Dominados y el Arte de la Resistencia*. Tradução: Jorge Aguilar Mora. Tlalparta: Editores Independentes, 1990.

SILVA, Flávio Marcus da. *Subsistência e Poder: a política de abastecimento alimentar nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Tradução Renato Bussatto Neto; Cláudia Rocha de Almeida. Volumes I, II e III. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *A Miséria da Teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado: história oral*. Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

XIMENES, Raimundo Nonato. *De Pirocaia a Montese: fragmentos históricos*. Fortaleza: Raimundo Nonato Ximenes, 2004.

Capítulos de livros

ALBERTI, Verena. Fontes Oraís: histórias dentro da história. In: Carla Bassanezi Pinsky (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

AMÓRA, Zenilde Baima. Aspectos Históricos da Indústria no Ceará. In: Simone de Souza (coord.). *História do Ceará*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994.

BATALHA, Claudio H. M. A Historiografia da Classe Operária no Brasil: trajetórias e tendências. In: Marcos Cezar de Freitas (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

_____. Formação da Classe Operária e Projetos de Identidade Coletiva. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 2. ed. v.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

DECCA, Edgar Salvadori de. E. P. Thompson: tempo e lazer nas sociedades modernas. In: Heloisa Turini Bruhns (org.). *Lazer e Ciências Sociais: diálogos pertinentes*. São Paulo: Chronos, 2002, p. 47-67.

GOMES, Christianne; PINTO, Leila. In: Christianne Gomes, Esperanza Osorio, Leila Pinto, Rodrigo Elizalde (orgs.). *Lazer na América Latina/Tiempo Libre, Ócio y Recreación em Latinoamérica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. Fortaleza: cultura e lazer (1945 – 1960). In: Simone de Sousa et al. (orgs.). *Uma Nova História do Ceará*. 4ª. edição revisada e atualizada. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

MIGUEL, Raquel de Barros; RIAL, Carmen. Lazer: “programa de mulher”. In: Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro (orgs.). *Nova História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012.

MÜLLER, Geraldo. Fome: o não-direito do não-cidadão. In: Maria de Lourdes M. Covre (org.). *A Cidadania que Não Temos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

SILVA, Luís Antônio Machado da. Notas sobre os Pequenos Estabelecimentos Comerciais. In: José Sérgio Leite Lopes et al. *Mudança Social no Nordeste: a reprodução da subordinação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

Artigo em periódico

ALMEIDA, Paulo Roberto de; KOURY, Yara Aun. História Oral e Memórias (Entrevistas). Revista *História & Perspectiva*, Uberlândia, (42), 25-54, jul. - dez. 2001, jan. – jul. 2002.

ALVIM, Rosilene; LOPES, José Sérgio Leite. Famílias Operárias, Famílias de Operárias. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. ANPOCS, (14), ano 5, 7-17, out. 1990.

CASIMIRO, Liana. Mercado de Trabalho, Condições de Vida e Relações de Poder na Região Metropolitana de Fortaleza. *Revista Espaço & Debates*. Revista de Estudos Regionais e Urbanos, Fortaleza, (7), 26-52, 1987.

CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. *Cadernos AEL: trabalhadores, leis e direitos*. Campinas, v 14, n 26, p. 11-46, 2009.

DUARTE, Adriano Luiz. Os Sentidos da Comunidade: notas para um estudo sobre bairros operários e identidade social. *Revista Trajetos*, Fortaleza, v. 1, no. 2, p. 103-114. 2002.

FERRERAS, Norberto O. História e Trabalho: entre a renovação e a nostalgia. *Revista Trajetos*. Fortaleza, v.1, n 2, p. 51-67, 2002.

MARTINS, Ana Paula Vosne. Possibilidades de Diálogo: classe e gênero. *Revista História Social*, Campinas, v 4, n 5, p. 135-156, 1997/1998.

MONTENEGRO, Antônio Torres. História e Memória: combates pela história. *História Oral*. Rio de Janeiro, v 10, n 1, p. 27-42, jan. – dez, 2006.

PORTELLI, Alessandro. As Fronteiras da Memória: o massacre das Fossas Ardeatinas. História, mito, rituais e símbolos. *História & Perspectiva*, Uberlândia, (25-26), 9-26. jul./ dez. 2001, jan./ jul. 2002.

_____. Forma e Significado na História Oral: a pesquisa como um experimento de igualdade. Tradução: Maria Therezinha Janine Ribeiro. Revisão: Déa Ribeiro Felon. *Projeto História*. São Paulo, (14), 7-24, fev. 1997a.

_____. O que Faz a História Oral Diferente. *Projeto História*. São Paulo, (14), 25-38, fev., 1997b.

_____. Sonhos Ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. Tradução: Maria Therezinha Janine Ribeiro. *Projeto História*, São Paulo, (10), 41-59. dez, 1993.

_____. Tentando Aprender um Pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. *Projeto História*, São Paulo, (15), 13-33. abril, 1997c.